


2016 Setembro 27

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA	
APROVADO <i>el vice abrt -</i>	
em reunião de <i>110</i> <i>2016</i> <i>do PS</i>	
O Presidente	<i>J. Amador</i>
	<i>entre os</i>
	<i>presentes</i>
	<i>em</i>
	<i>reunião</i>

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2016 ---

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ---

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr. Vice – Presidente, Silvino Lúcio e a Sra. Vereadora Marina Oliveira; pela CPFNT os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Canilho; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins. ---

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro. ---

--- ANTES DA ORDEM DO DIA ---

--- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ---

--- Tomou a palavra o Sr. Justino Oliveira que, referindo declarações do Sr. Presidente ao jornal “Valor Local” sobre o Parque da Milhariça, perguntou em que fase está o projeto. Afirmou, ainda, estar a aguardar a pintura de passadeiras na EN, em Aveiras de Cima. ---

--- O Sr. Presidente, em resposta, disse que o Parque da Milhariça é um projeto de grande dimensão que terá que ser executado faseadamente, metodologia que foi acordada com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Espera-se, para breve, o lançamento do concurso. Há preocupação por parte da Câmara com a pintura das passadeiras, conquanto a EN não seja da responsabilidade municipal. Ir-se-á avançar com as pinturas dando conhecimento disso à Infraestruturas de Portugal, EP. ---

--- INTERVENÇÕES DE PRESIDENTE E VEREADORES ---

--- Interveio o Sr. Vereador David Mendes que abordou questões como a falta de limpeza de contentores, o valor da tarifa de saneamento nas faturas da água e a existência de eventual candidatura relativa a reabilitação de escolas. Assinalou a necessidade de marcar uma reunião de trabalho sobre revisão do PDM. Relativamente ao início do ano escolar criticou o facto de ainda não estarem colocados, nos Agrupamentos, os auxiliares de ação educativa, a indefinição das AEC, a falta de informação atempada, aos encarregados de educação, sobre a CAF e, por fim, o não terem sido concluídos os trabalhos de reabilitação de escolas. ---

--- Quanto à limpeza dos contentores, respondeu o Sr. Presidente que a empresa tem sido pressionada para que o serviço seja executado amiúde. Não abriram as candidaturas para o parque escolar. Quanto ao PDM, estava já previsto o agendamento de uma reunião de trabalho com a equipa que desenvolve os trabalhos, incluindo o executivo e a Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal e os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia. A necessidade de recursos humanos nas escolas foi colmatada com recurso ao Centro de emprego e as AEC e CAF estão a funcionar. ---

--- O Sr. Vice-presidente, quanto à tarifa de saneamento, informou ter colocado a questão à AdAz que declarou desconhecer o assunto. Irão analisar a questão. ---

--- A Sra. Vereadora Maria João Canilho observou que o parque infantil do Jardim Urbano está em funcionamento e perguntou de quem é a responsabilidade pelo mesmo, ao que o Sr. Presidente esclareceu que ficou combinado, com os Srs. Presidente de Junta, que a Câmara iria proceder à reabilitação gradual dos parques, transferindo, posteriormente, a responsabilidade pela manutenção para as respetivas Juntas. Acontece que há Juntas que não os querem receber. ---

--- A Sra. Vereadora perguntou se, para tal, seria necessária a formalização de acordos Interadministrativos, tendo o Sr. Presidente declarado que esse seria um assunto a abordar, no dia seguinte, com o jurista da Câmara. Até haver definição sobre o assunto a responsabilidade permanece da Câmara. ---

--- Relativamente ao bairro da Quinta da Mina, a Sra. Vereadora indagou sobre eventual desenvolvimento do processo, tendo o Sr. Presidente informado que, para além das obras em curso, o processo, dada a sua complexidade, está a ser acompanhado juridicamente. ---

--- O Sr. Vereador Herculano acrescentou estarem algumas empreitadas já em curso e outras em lançamento e, paralelamente têm-se procedido ao envio de cartas a residentes (com insistência em agosto) para apresentarem plano de pagamentos de dívidas existentes, processo que está nas mãos do Dr. Manuel Rodrigues. ---

--- O Executivo deu os parabéns ao Sr. Vereador Jorge Lopes, pelo seu aniversário (bem como ao Sr. Justino Oliveira). ---

--- Em seguida, interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que, reportando-se às obras a decorrer no bairro PER, perguntou se estas abrangerão frações de moradores que não pagam rendas. Por outro lado, face à

falta de resposta por parte dos moradores (nem todos receberam cartas da Câmara, parte porque não quiseram e dos que receberam grande parte não responderam) perguntou se há decisão no sentido de avançar com ações de despejo. -----

--- Em resposta, o Sr. Presidente declarou que não serão feitas obras em frações específicas de quem não paga e que a resolução do problema não será de casos isolados, haverá decisão conjunta, aguardando-se parecer jurídico para tal. Ao que o Sr. Vereador perguntou se foi dado algum prazo para apresentação de parecer e se este é oral ou escrito ao que o Sr. Presidente responde negativamente quanto a prazos. -----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes manifestou preocupação com a dificuldade dos inquilinos conseguirem respeitar planos de pagamento que em tempos já foram propostos, aceites por alguns e não respeitados. -----

--- Foi abordado o facto do Sr. Vereador Herculano estar na equipa, com pelouros atribuídos, tendo o Presidente referido que o Sr. Vereador Jorge Lopes fora também convidado, ao que este retorquiu que o assunto foi, à data, objeto de declaração pública. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes mencionou o direito à habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa e lembrou que os programas de realojamento são processos complexos de pessoas, por vezes desenraizados, e considera que a Câmara tem vindo a falhar por não dar o acompanhamento social devido, por parte do núcleo de ação social, aos munícipes envolvidos. -----

--- Em resposta, o Sr. Presidente referiu que a situação das dívidas relativas aos bairros PER é transversal aos vários municípios. -----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes afirmou aceitar os direitos consagrados na CRP, contudo, alguns pagam empréstimos, outros pagam renda regular e atempadamente, caso contrário são despejados, há regras. Tal não acontece no bairro da quinta da Mina. Concorde com a observação relativa à falta de acompanhamento social do espaço por parte das técnicas. Ninguém quer despejos, querem-se soluções (e as rendas são proporcionais aos rendimentos das pessoas). -----

--- O Sr. Presidente reitera o facto de este ser um processo que tem vindo a acompanhar e que, presentemente está a ser tratado pelo jurista da Câmara e pelo Sr. Vereador do Pelouro. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

--- A Ata de 17 de novembro de 2015 foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção da Sra. vereadora Marina Oliveira por não ter estado presente na reunião. -----

--- A Ata de 2 de Agosto de 2016 foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Presidente por não ter estado presente na reunião. -----

--- A Ata de 13 de Setembro de 2016 foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção da Sra. vereadora Marina Oliveira por não ter estado presente na reunião. -----

----- PROPOSTAS -----

---1. - Proposta N.92/P/ 2016 – Procedimento Concursal – Técnico Superior – área de Direito-----

--- A proposta 92/P/2016 foi retirada.-----

--- 2- Proposta N. 93/P/2016 – Nomeação de Representante – Conferência Decisória -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

---“Considerando: -----

--- *O regime, de carácter extraordinário, de regularização de estabelecimentos e explorações existentes, bem como o regime a aplicar à sua alteração ou ampliação, previsto no D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro;*-----

--- *Que o n.º 3 do artigo 9.º do D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro, prevê que a câmara municipal é, para além de outras entidades, obrigatoriamente convocada para a conferência decisória sempre que a localização do estabelecimento ou da exploração ou a alteração e ampliação pretendidas sejam desconformes com instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares ou com servidão administrativa ou restrição de utilidade pública;*-----

--- *Que até cinco dias antes da conferência decisória, a câmara municipal deve designar o seu representante conferindo-lhe os poderes adequados para efeitos da respetiva vinculação;*-----

--- *Que os processos em causa são acompanhados pela Divisão de Urbanismo.* -----

--- **PROPONHO:** -----

---**Que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no n.º 3 e 5 do artigo 9.º do D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro, delibere:** -----

---1. Designar como seus representantes nas conferências decisórias o Arq. Paulo Natário, Chefe da Divisão de Urbanismo, e nas suas faltas e impedimentos, o Arq. Pedro Ramos e o Arq. Victor Ho Teixeira;

---2. Conferir aos técnicos acima designados os poderes adequados para efeito de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação nas conferências decisórias para as quais venha a ser convocada.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 93/ P/2016 foi aprovada por unanimidade.

--- 3. Apoios Financeiros.

---3.1 - Proposta N.94/P /2016 – Fábrica da Igreja Paroquial de Aveiras de Baixo

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

---“Considerando:

--- Que é atribuição das Autarquias locais promover o bem-estar social das populações;

--- Que de acordo com a alínea o), do art.33, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, que promovam no Município fins de interesse público;

--- O pedido apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Aveiras de Baixo, em anexo.

--- **Proponho:**

--- A atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00€, destinado a participar a pintura na Igreja, muros e capela mortuária.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 94/P/2016 foi aprovada por unanimidade.

---3.2 - Proposta N.20/VHM /2016 – Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso

--- O Sr. Vereador Herculano Martins apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

---“Considerando:

--- Que é competência da Câmara Municipal de Azambuja apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, de acordo com a alínea u) do n.º 1, do 32.º do anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

--- Que, de acordo com a alínea a) do ponto 1.º do artigo 32.º, do Regulamento de Apoio ao Associativismo no Município de Azambuja, é permitido às coletividades requererem um subsídio extraordinário pela realização de atividades pontuais, nomeadamente espetáculos culturais e eventos desportivos relevantes;

--- A intenção do Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso em organizar as Tasquinhas Paraisabor 2016, entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro.

--- O pedido de apoio efetuado ao Município de Azambuja e a apresentação de candidatura efetuada pela pelo Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso, a um subsídio pontual no âmbito da organização desse evento.

--- Tenho a honra de propor:

--- A aprovação de um apoio financeiro extraordinário, no valor de 1.250 euros, ao Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso, de acordo com a alínea a) do ponto 1.º do artigo 32.º, do Regulamento de Apoio ao Associativismo no Município de Azambuja.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 20/VHM/2016 foi aprovada por unanimidade.

---3.3 – Proposta N.19 /VP /2016 – Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre

--- O Sr. Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

---“Considerando:

--- Que o Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, apresentou um requerimento com a referência N.º142/DIR/16 de 22/08/2016, a solicitar a um donativo monetário para fazer fase ao prejuízo provocado na instalação do quartel, devido a um curto-circuito, do remanescente do custo total não suportado pela seguradora.

--- Que a Câmara Municipal de Azambuja como forma de demonstrar a sua solidariedade para com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, que tem sido profundamente essencial no combate ao flagelo dos incêndios e no auxílio à população de Alcoentre e de todo o Alto Concelho, vem atribuir um apoio financeiro no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) prestando o seu apoio a todos que tudo têm feito para e para minorar os efeitos do acidente elétrico que ocorreu no quartel.

--- Que nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar a forma de apoio às entidades e organismos legalmente existentes.

--- **Proponho:**

--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere atribuir o apoio financeiro no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 19/VP/2016 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Ponto 4 – Informações:** -----

--- **Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira –** -----

---**4.1--- Resumo da Execução Orçamental** - Período de 1/1/2016 a 20/9/2016 -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

---**4.2 – Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros** – Período de 8 a 21/9/2016 -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

---**4.3 – Aprovisionamento**--- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo de Artº 75 da LOE – Período de 26/8/2016 a 21/9/2016. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- **ENCERRAMENTO**-----

--- Eram dezassete horas quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----